



Protestos na América Latina

Claudia Wasserman*

Em outubro de 2019, assistimos a protestos no Equador, Chile, Bolívia, Brasil, Argentina, Colômbia, Honduras e Haiti, no que já está conhecido como “outubro rebelde”. São manifestações contra os governantes que chegaram ao poder nos últimos anos pelas urnas ou que usurparam o cargo recentemente. A despeito de as manifestações ensejarem demandas pontuais – contra o fim de subsídios, contra o aumento das tarifas de transporte público, contra mudanças nos sistemas de saúde e financiamento da educação, etc. –, os protestos se colocam contra graves retrocessos nos direitos civis e sociais da maior parte da população nos países da América Latina e são recebidos com descaço por governos que agem com pouca empatia em relação a questões sociais, ecológicas e identitárias, o que aumenta a tensão nas zonas de conflito.

No atual contexto de governos conservadores e neoliberais, associados às políticas de arrocho e à repressão violenta aos protestos, também estão em jogo as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Praticamente todos os países em ebulição são produtores de recursos naturais altamente valorizados no mercado internacional. A agenda dos estadunidenses para a região – sobretudo para os países exportadores de petróleo e gás – se concentra na defesa dos interesses econômicos do imperialismo e na promoção de reformas neoliberais, que permitem acesso facilitado aos recursos. Por isso, os Estados Unidos apoiam governos latino-americanos que se comprometem com o conservadorismo de extrema-direita, harmonizados com as medidas neoliberais. O próprio presidente Donald Trump e agentes políticos como Steve Bannon exercem

papel importante nessas relações, suplantando a Doutrina do Destino Manifesto, a Doutrina Monroe, o Big Stick, a Doutrina Truman, o Corolário Roosevelt, a Diplomacia do Dólar e outros postulados que possam ter regido as relações até o presente.

Neste caso, uma das novidades é o uso de redes sociais e das “Fake News” com o objetivo de interferir em processos eleitorais ou desestabilizar adversários, permitindo a ascensão de governos profascistas alinhados com os interesses norte-americanos. A ultradireita se aproveita dos ressentimentos e das frustrações com o sistema político como um todo e se apresenta como anti-establishment para ocupar um vazio político deixado pela desconfiança generalizada nas instituições, orientadas por experientes milícias digitais anônimas, tudo conduzido por Bannon e seus seguidores.

A nova interferência dos Estados Unidos está evidenciada pela afirmação da ideologia conservadora, religiosa, retrógrada, anti-intelectual e autoritária, corroborada pelas declarações públicas de altos escalões do governo Trump em apoio aos governantes conservadores da América Latina, pelo apoio prestado pelo próprio presidente norte-americano em telefonemas aos congêneres latino-americanos, tais como Lenín Moreno, Salvador Piñera, Jovenel Moïse, e pela aproximação que os governantes conservadores, como Jair Bolsonaro e Mauricio Macri, já tentaram em relação aos Estados Unidos. Há, nas declarações desses políticos conservadores, o indício da reinvenção de inimigos internos – minorias que lutam por reconhecimento de direitos, entre os quais ambientalistas, população LGBTQ+, os que lutam pelo reconhecimento dos direitos das populações indígenas, os que lutam contra o racismo e contra o preconceito de classe

social – e inimigos externos – Rússia, China, Cuba e Venezuela –, todos supostamente capazes de destruir a família tradicional, a religião e os bons costumes da sociedade.

Os governos mais recentes – entre os quais se destacam Jair Bolsonaro, Mauricio Macri, Sebastián Piñera, Jimmy Morales, Juan Orlando Hernandez, Pedro Pablo Kuczynski, Lenín Moreno – são, além de conservadores, regressistas e autoritários. Pretendem completar os ajustes neoliberais não implementados nos anos 1990, cancelar a melhoria das condições de vida dos mais pobres, afora o fato de não se aflagirem em aprofundar as desigualdades sociais. As atitudes e manifestações recentes desses políticos são uma afronta ao Estado democrático de direito, à democracia e às classes populares e, ainda, aos setores médios desses países. Desmerecer os manifestantes e reprimir com violência tornaram-se praxe do discurso e da prática conservadora contra os protestos. A violência policial e militar tem sido a resposta às manifestações, com prisões arbitrárias, centenas de feridos e dezenas de mortos.

Os protestos, por sua vez, são semelhantes àqueles que produziram a chamada “Primavera árabe”. Não são o resultado da convocação de políticos de oposição ou de sindicatos organizados. Trata-se de grandes multidões mobilizadas por redes sociais que se reúnem para se manifestar a respeito de um ou mais aspectos pontuais do cotidiano – aumento das passagens de transporte coletivo, aumento de combustível, desemprego, privatização de serviços de saúde e educação, rejeição a anúncios de cortes orçamentários em políticas públicas essenciais, fim de subsídios. Nenhuma força política específica está liderando ou dirigindo os protestos. Por isso, ainda que, por vezes, as manifes-

tações produzam o recuo dos governos da região em alguma reivindicação (restaurar preço das passagens do transporte público, rever o preço dos combustíveis, descongelar recursos da educação, revogar decretos de privatização de serviços essenciais), não há garantia de que elas cessem, visto que são diferentes atores, com reivindicações diferentes e sem liderança para negociar o fim dos protestos. A ausência de pauta comum e de lideranças identificáveis entre os manifestantes se combinam com a desconfiança generalizada na classe política e com críticas à eficácia dos partidos e das eleições.

Assim, no “outubro rebelde” de 2019 surgem dois processos simultâneos. De um lado, os protestos, diferentes das manifestações dirigidas por partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais, conduzidos pela insatisfação em relação aos políticos como um todo. De outro, a repressão violenta, com medidas extremas, como prisões em massa, uso excessivo de força e a decretação de estado de emergência e exceção. Esses dois ingredientes evidenciam, em primeiro lugar, que a esquerda está se reorganizando em outros moldes, de forma mais anárquica, mas não menos eficiente e assustadora para os setores conservadores das sociedades latino-americanas. Por outro lado, a “Onda Azul”, como vem sendo chamada a escalada ultraconservadora desde 2010, veio para ficar, tem um planejamento de longo prazo e apoio internacional, e os setores conservadores civis ou militares não hesitam em usar a força, a violência e reeditar o autoritarismo para fazer valer o que reconquistaram: o poder político nos países da região.

*Professora do Departamento de História da UFRGS

